



A juventude de uma comunidade invisível da Amazônia: implicações para Educação Ambiental em Territórios Amazônicos

Thaynara Nilce da Silva Queiros¹

Universidade Federal do Amapá

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5693-4409>

Suzane Biapino dos Santos²

Universidade Federal do Amapá

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8491-8082>

Janaina Freitas Calado³

Universidade do Estado do Amapá

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7489-0080>

Resumo: Comunidades invisíveis são aquelas cujos direitos básicos são negados a sua população. Neste estudo, buscou-se compreender o perfil da juventude de uma comunidade invisível da Amazônia e discutir como as características desses jovens podem ter implicações para a educação ambiental em territórios amazônicos. Por meio de entrevistas, foram avaliadas variáveis como demografia, infraestrutura, atividades econômicas e ambientais e as perspectivas futuras desses jovens. A juventude está profundamente conectada aos recursos naturais, como açaí e pesca ajudam a sustentar suas famílias, mas não consideram suas atividades como trabalho. Eles enfrentam desafios relacionados à falta de políticas públicas (acesso à água potável, energia, Internet) e acesso ao Ensino Superior. Apesar disso, os jovens demonstram resiliência e união, preservando sua cultura e modos de subsistência em meio às adversidades. O estudo destaca que os diálogos sobre educação ambiental nestes territórios devem considerar as peculiaridades deste jovem ribeirinho, que, apesar de esquecidos pelas políticas públicas, mantêm um modo de vida de explícita interdependência com o meio.

Palavras-chave: Jovem, territorialidade, comunidade tradicional.

¹ Graduada em Ciências Naturais, com habilitação em Biologia, pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente é bolsista CAPES e está vinculada ao Grupo de Integração Socioambiental e Educacional (GISAE/UEAP). E-mail: thaynara.ueap@gmail.com

² Mestre em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), especialista em Ciências Naturais pela UEAP (2025), graduada em Licenciatura em Ciências Naturais pela UEAP (2021). Atualmente é bolsista do CNPq em Extensão no país - C, vinculada ao Grupo de Integração Socioambiental e Educacional (GISAE/UEAP). Email: suzanebiapino@gmail.com

³ Doutora em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2018), mestre em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Federal da Paraíba (2010), graduada em Biologia pela UFRN (2008). É professora adjunta da Universidade do Estado do Amapá e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS/UNIFAP). Atualmente encontra-se em estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Maranhão (2026). Email: janaina.calado@ueap.edu.br

La juventud de una comunidad invisible de la Amazonía: implicaciones para la Educación Ambiental en Territorios Amazónicos

Resumen: Las comunidades invisibles son aquellas cuyos derechos básicos son negados a su población. En este estudio, se buscó comprender el perfil de la juventud de una comunidad invisible de la Amazonía y discutir cómo las características de estos jóvenes pueden tener implicaciones para la educación ambiental en territorios amazónicos. A través de entrevistas, se evaluaron variables como demografía, infraestructura, actividades económicas y ambientales, y las perspectivas futuras de estos jóvenes. La juventud está profundamente conectada a los recursos naturales, como el açaí y la pesca que ayudan a sustentar a sus familias, pero no consideran sus actividades como trabajo. Enfrentan desafíos relacionados con la falta de políticas públicas (acceso a agua potable, energía, Internet) y el acceso a la Educación Superior. A pesar de esto, los jóvenes demuestran resiliencia y unidad, preservando su cultura y modos de subsistencia en medio de las adversidades. El estudio destaca que los diálogos sobre educación ambiental en estos territorios deben considerar las peculiaridades de esta juventud ribereña que, a pesar de ser olvidada por las políticas públicas, mantiene un modo de vida de explícita interdependencia con el medio.

Palabras clave: Jóvenes, territorialidad, comunidad tradicional.

The Youth of an Invisible Community in the Amazon: implications for Environmental Education in Amazonian Territories

Abstract: Invisible communities are those whose basic rights are denied to their population. This study aimed to understand the profile of the youth in an invisible community in the Amazon and discuss how the characteristics of these young people may have implications for environmental education in Amazonian territories. Through interviews, variables such as demographics, infrastructure, economic and environmental activities, and the future perspectives of these young people were evaluated. The youth are deeply connected to natural resources, such as açaí and fishing which help sustain their families, but they do not consider their activities as work. They have been facing challenges related to the lack of public policies (access to drinking water, energy, Internet) and access to Higher Education. Despite this, the young people demonstrate resilience and unity, preserving their culture and means of livelihood amidst adversity. The study highlights that discussions about environmental education in these territories should consider the peculiarities of these riverside youth, who, despite being forgotten by public policies, maintain a way of life that is explicitly interdependent with their environment.

Keywords: Young, territoriality, traditional community.

Introdução

A juventude de comunidades tradicionais da Amazônia, com seu modo de vida complexo e intrinsecamente relacionado ao meio, apresenta características étnicas e culturais singulares, e declara sua originalidade por meio de suas práticas socioculturais e ambientais (Freire Filho, 2007). As comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos (Diegues, 1999; Diegues, 2010). Elas apresentam um vínculo estreito com a natureza, pois os recursos da floresta e dos

rios são essenciais para os seus modos de vida. Contudo, muitas dessas populações sofrem com a ausência de políticas públicas, com o isolamento imposto pelo Estado, com o racismo ambiental e com a necessidade de justiça climática. Algumas destas comunidades estão tão à margem ao acesso a direitos básicos que são consideradas invisíveis aos olhos dos gestores públicos e dos governos.

Para Souza Filho (1999), “os direitos coletivos são invisíveis” e para explicar essa afirmação em seu artigo: “Os Direitos dos Invisíveis”, o autor cita o romance de Garambombo, que acometido de uma estranha doença, ficava invisível cada vez que reivindicava os direitos de sua comunidade de forma pacífica. De forma semelhante, existem muitas comunidades invisíveis no Brasil, comunidades que, muitas vezes, não estão nem cartografadas em mapas e enfrentam desafios de acesso às políticas públicas básicas, como acesso à água potável, energia, comunicação e acesso ao sistema de saúde e à educação.

Ratts (1998) mostra a invisibilidade de populações negras e indígenas no Ceará, descrevendo de forma contundente a presença de etnias e grupos sociais esquecidos ao longo do tempo no interior do estado. De Seixas Filho *et al.* (2018, p. 158), retratam como pescadores artesanais que realizam mariscagem “são sujeitos invisíveis pela situação de negligência e desamparo institucional”. Os autores destacam o quão essa negligência é ainda mais acentuada no caso das mulheres pescadoras. Mendonça (2019) aponta para o limbo no qual está localizado o direito das crianças e adolescentes em situação de rua, nomeando-os de “sujeitos de direitos invisíveis”.

Assim, se observa que a invisibilidade está associada a grupos sociais específicos, grupos que estão do outro lado da linha abissal, linha esta que divide os que têm direitos, dos que não têm direitos, os “invisíveis” (Santos, 2019). Esta situação gera a construção de políticas públicas que não consideram os processos históricos, culturais, políticos e os desafios enfrentados por essas populações. Isso pode gerar uma fragilidade, até mesmo, na garantia dos direitos territoriais dessas populações e na manutenção dos seus complexos sistemas de saberes (Castro, 1998).

A Educação Ambiental (EA) Crítica propõe a emancipação dos sujeitos através da análise dos condicionantes históricos que geram desigualdades e conflitos socioambientais

(Loureiro; Layrargues, 2013). Esta perspectiva converge com o legado de Paulo Freire, que define a educação como uma *práxis* coletiva voltada à transformação do *status quo* e à superação das relações de opressão (Streck; Redin; Zitkoski, 2010; Freire, 2017). Ao integrar a interdisciplinaridade freireana, a EA Crítica auxilia a compreender a realidade da juventude amazônica não apenas pela vulnerabilidade, mas como uma potência de resistência política em territórios historicamente invisibilizados, onde o ato de educar se torna um instrumento de justiça socioambiental.

Na Amazônia, especialmente no estado do Amapá, existem inúmeras comunidades tradicionais ribeirinhas invisíveis nos mapas, sem acesso a políticas públicas, mas que resistem e lutam pela garantia de seus direitos. Nessas regiões, jovens reinventam seus modos de ser ribeirinhos, conectados à Internet e com planos de vida que incluem formação profissional, vida comunitária e retorno social para seus territórios (Gomes; Calado, 2022). No entanto, poucos estudos analisam o perfil desses jovens, quais suas condições de vida, seus desafios e perspectivas futuras.

A discussão sobre a participação coletiva dos jovens é fundamental para fortalecer os grupos sociais, propulsando o interesse da juventude em participar nas decisões comunitárias. De acordo com o Barão; Resegue; Leal (2021), quando surgem novas possibilidades de aumentar a renda familiar, a maioria dos jovens de comunidades do campo, se tivessem essa escolha, optariam por permanecer nas áreas rurais em vez de migrar para as cidades. Os jovens que vivem no campo valorizam a vida que levam, por isso, é fundamental a implementação de políticas de suporte para garantir a sua permanência. Assim, uma abordagem crítica e contextualizada é fundamental para abarcar a complexidade dos modos de vida da juventude da Amazônia, com práticas emancipatórias, dialógicas e com base em uma ecologia integral, no qual os sujeitos moldam suas percepções, atitudes e comportamentos a partir de sua realidade (Carvalho, 2017; Costa; Loureiro, 2024; Guimarães, 2016).

O presente estudo buscou compreender o perfil socioeconômico de jovens em uma comunidade tradicional ribeirinha da Amazônia e discutir como as características desses jovens podem ter implicações para a educação ambiental em territórios amazônicos. Entender

o perfil da juventude amazônica é essencial para entender as condições de vida e as necessidades de grupos específicos. Por meio dessas informações é possível realizar a formulação e implementação de estratégias eficazes de educação ambiental que visam melhorar as condições de vida dessas comunidades, levando em consideração as suas características específicas e desafios enfrentados, ajudando a evidenciar e valorizar os modos de vida de populações tradicionais.

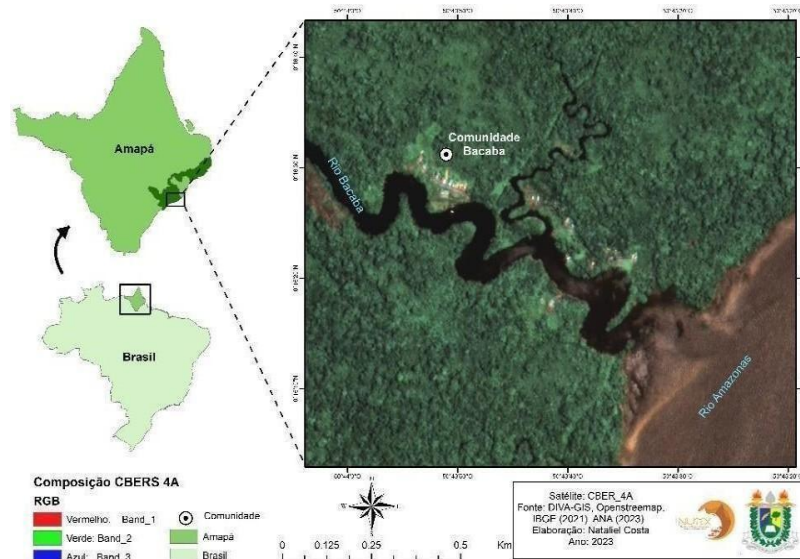
Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa descritiva com uma abordagem quali-quantitativa, a qual busca descrever o fenômeno através de detalhes que podem cobrir com precisão as características de um estudo específico, as circunstâncias de um indivíduo ou grupo e revelar relações entre diferentes eventos (Gil, 2002).

Área de Estudo

Este estudo foi conduzido na comunidade ribeirinha do Rio Bacaba, localizada na cidade de Macapá (distrito de Carapanatuba), no estado do Amapá, extremo norte do Brasil (Figura 1). Ela está situada a cerca de cinquenta quilômetros (50 Km) do centro de Macapá, em um pequeno afluente da margem esquerda do rio Amazonas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o distrito de Carapanatuba possui uma população de 1.932 habitantes, mas para a comunidade do Rio Bacaba não existem dados oficiais.

Figura 1: Mapa da comunidade do Rio Bacaba, Carapanatuba, Macapá, Amapá. A porção verde escura no recorte do Amapá representa a cidade de Macapá.



Fonte: DIVA-GIS, Openstreemap (2025); IBGE (2021); ANA (2023).

A comunidade do Rio Bacaba faz parte do protocolo comunitário do Beira Amazonas (Calado; Gomes; Chagas, 2024), onde foi criado um grupo de trabalho (GT) da juventude para discutir temas relevantes e fortalecer o protagonismo jovem. A comunidade possui infraestrutura básica como sede comunitária, escola, Igreja, posto de saúde e campo de futebol. As atividades econômicas e de subsistência incluem agricultura familiar, pesca e extração de açaí, essenciais para alimentação e renda (Gomes; Calado, 2022; Santos, 2025).

Coleta e análise de dados

Para a realização do diagnóstico socioeconômico da juventude do Rio Bacaba foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Minayo (2000) aponta que esta é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo onde envolve a pesquisa qualitativa e é uma das formas mais básicas de obtenção de dados. A vantagem da entrevista é ser um mecanismo que permite ao pesquisador esclarecer questões e fazer perguntas de forma direta, flexível, pessoal, espontânea e interativa (Piovani, 2016).

O roteiro de entrevista foi composto por perguntas que abordaram as seguintes

temáticas: variáveis demográficas, infraestrutura, serviços e saneamento básico, atividades econômicas e de subsistência, fatores ambientais e contribuições da juventude para a comunidade. Os entrevistados foram jovens entre 15 e 29 anos de idade, seguindo a classificação do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). As entrevistas ocorreram no mês de outubro de 2024, de forma presencial e individual, cada entrevista foi audiogravada e transcrita posteriormente.

Os dados obtidos foram tabulados e analisados por uma ferramenta para análise de dados, utilizando técnicas estatísticas básicas com o pacote estatístico Statistical Package For the Social Sciences (SPSS) versão 21.0 (Silva, 2014). Para identificar percepções dos entrevistados, similares e divergentes, se utilizou análise temática, um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados. Foi possível organizar e descrever os detalhes dos dados, conforme Braun; Clarke (2006).

A pesquisa foi submetida à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) através da Plataforma Brasil e aprovada (CAAE: 82987824.5.0000.0211 / Parecer n. 7.169.711). Os jovens acima de 18 anos e os responsáveis pelos jovens abaixo de 18 anos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os jovens menores de idade assinaram ainda o Termo de Assentimento do Menor de idade (segundo Resolução Nº 466/2012– CNS/CONEP).

Resultados e Discussões

Todos os jovens da comunidade do Rio Bacaba participaram das entrevistas. Segundo a agente de saúde local, 155 pessoas residem na comunidade, no qual 19 delas estão na faixa etária entre 15 e 29 anos, o que representa 12,5% dos habitantes. Este número contrasta com os valores observados no Brasil e no Amapá, no qual a população jovem representa 23% e 27%, respectivamente (IBGE, 2022). Observou-se que 63,2% dos jovens são homens e 36,8% mulheres, a maioria com idade entre 15 e 17 anos (79,1%). Na comunidade ribeirinha, as mulheres concentram as responsabilidades pelas tarefas domésticas e criação de animais, participando também de atividades extrativistas, além de assumirem funções de liderança no grupo de jovens, evidenciando protagonismo em espaços coletivos. Enquanto isso, os homens assumem principalmente as atividades econômicas e de subsistência, configurando uma

divisão de gênero adaptada ao contexto amazônico (Vieira, 2014). Os jovens são pessoas solteiras, de baixa renda, que vivem em famílias compostas por quatro a seis pessoas e frequentam a escola, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil dos jovens evidenciando a porcentagem das variáveis por grupo (N = 19).

PERFIL	VARIÁVEL	%
SEXO	Feminino	36,8
	Masculino	63,2
IDADE	15 anos	31,5
	16 anos	21,0
	17 anos	26,6
	19 anos	10,5
	21 anos	5,2
	27 anos	5,2
ESTADO CIVIL	Solteiro	89,5
	Casado	10,5
NÚMERO DE PESSOAS POR FAMÍLIA	3	10,5
	4	26,3
	5	26,3
	6	36,8
ESCOLARIDADE	Ensino fundamental incompleto	10,5
	Ensino médio incompleto	63,2
	Ensino médio completo	10,5
	Ensino superior incompleto	15,8
RENDA	Abaixo de um salário (R\$ 1.412,00)	26,3
	Entre um e dois salários	42,1
	Entre dois e três salários	21,1
	Acima de três salários (R\$ 4.236,00)	10,5

Fonte: As autoras (2025).

De acordo com Dagnino (2014), o elemento central de um diagnóstico é a produção de um quadro que identifique e relacione entre si os problemas que são considerados de maior relevância a alguma situação ou Instituição em um determinado momento. No diagnóstico socioeconômico da comunidade do Rio Bacaba, os dados refletem diferentes configurações familiares e padrões demográficos na comunidade, que podem ser importantes para definir estratégias de Educação Ambiental em comunidades semelhantes na Amazônia. As residências com cinco a seis pessoas são comuns em comunidades ribeirinhas da Amazônia,

retratando uma dinâmica coletiva e interdependente, onde os recursos são compartilhados entre os membros da família (Fraxe, 2011). Esses grupos familiares convivem no mesmo espaço, com várias gerações morando na mesma casa e compartilhando suas rendas em um sistema de ajuda mútua. De acordo com Lira; Chaves (2016), essas comunidades possuem um modo de vida particular, caracterizado pelo uso do território e pelo manejo coletivo dos recursos naturais locais, reforçando a interdependência e a cooperação familiar e comunitária.

Com relação ao acesso à educação, são muitos os desafios enfrentados. A comunidade possui apenas uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), e para cursar o Ensino Fundamental Anos Finais e Médio, os jovens precisam se deslocar de barco para escolas em outros rios. Muitos jovens da comunidade estudam na Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM), localizada em um braço, próximo a foz do rio Macacoari, há cerca de 20 minutos de barco. A escola comunitária é um movimento de luta social pelo acesso à educação, no qual se utiliza a pedagogia da alternância e seus instrumentos (Nosella, 2020), reconhecendo as dinâmicas e fragilidades socioambientais das populações do campo, das águas e das florestas na Amazônia amapaense. Quando se trata do Ensino Superior, o desafio é ainda maior, pois os jovens precisam se mudar para a capital Macapá, cujo acesso e meios de permanência são caros, ou buscar por cursos de ensino à distância, com restrições relacionadas às aulas práticas, acompanhamento e acesso de qualidade à Internet (Jorge; Da Silva, 2020).

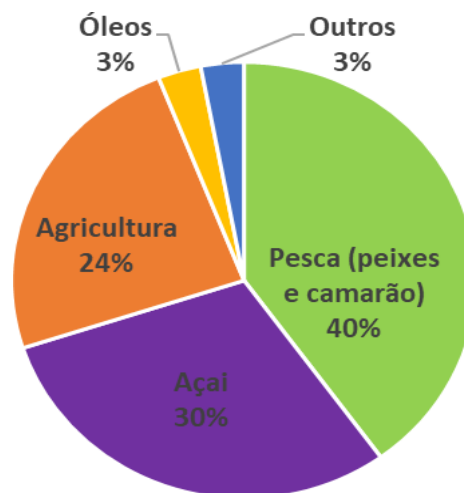
De acordo com Gomes; Ferreira; Souza (2019), a falta de escolas de Ensino Fundamental Anos Finais e Médio, e de Ensino Superior em comunidades amazônicas impõe dificuldades de deslocamento para os estudantes, por isso, muitas vezes, a frequência escolar depende das condições naturais, como enchentes e vazantes de maré, além da disponibilidade de transporte fluvial. Apesar desses desafios que contribuem para o abandono escolar, no Rio Bacaba existe um movimento constante para que os jovens não deixem a escola.

Com relação à renda, 26,3% dos jovens vivem em famílias com renda abaixo de um salário mínimo, 63,2% tem uma renda entre um e três salários mínimos e apenas 10,5% têm

renda superior a três salários. Ao analisar esses dados combinados com as informações sobre número de pessoas residentes na mesma casa, podemos concluir que a juventude do Rio Bacaba apresenta baixa renda, contudo, é importante destacar que existe uma renda não declarada pelas famílias que advém do extrativismo dos rios e das florestas. Diegues (1996) corrobora esta visão ao destacar que a composição da renda não pode ser vista apenas como renda declarada, uma vez que as populações tradicionais com dinâmica econômicas próprias, possuem atividades peculiares na garantia do sustento da família (extrativismo vegetal ou animal) que constituem parcela da renda, teoricamente não contabilizada pelos moradores.

Em relação à profissão, 90,5% dos jovens responderam que apenas estudam, todavia, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, eles ajudam seus familiares com as atividades econômicas, o que não é considerado trabalho para eles, mas uma ajuda em casa. De acordo com as respostas dos jovens do Rio Bacaba, a atividade de pesca, o manejo dos açáizais e a agricultura familiar são as principais fontes de renda local (Figura 2), o que é comum nas regiões campesinas da Amazônia (Fraxe, 2011).

Figura 2 – Principais atividades econômicas e de subsistência dos jovens da comunidade do Rio Bacaba, Macapá, Amapá, Brasil.



Fonte: As autoras (2025).

Além de consumirem esses produtos, eles realizam a comercialização para

atravessadores, cooperativas e na própria comunidade. No entanto, ressaltam as dificuldades no período do defeso da piracema, onde é proibido a pesca para comercialização de determinadas espécies; e no período de entressafra do açaí, onde ocorre a escassez do fruto. As comunidades ribeirinhas da Amazônia parecem estabelecer uma inter-relação de dependência com o meio de forma tão intrínseca que a apropriação dos recursos se limita ao seu uso sustentável, pois de outra forma não haveria condições de manutenção e prosperidade das comunidades (Goulart; De Andrade; Martins, 2025).

Chaves (2001) aponta que os processos produtivos dentro dessas comunidades se pautam em relações familiares e não visam uma exploração da força de trabalho do outro, mas, de práticas solidárias e de reciprocidade que foram transmitidas pelos seus antepassados e consolidadas no território. Isso se evidencia na ausência de percepção que atividades extrativistas podem ser consideradas trabalho, mas sim são vistas como atividades do cotidiano que constituem o modo de ser ribeirinho.

Nesse sentido, a educação ambiental deve valorizar suas práticas e contextualizar como o modo de vida ribeirinho está alinhado ao que Airton Krenak (2022) nomeia de “futuro ancestral”. A EA crítica deve estabelecer nexos e esclarecer que a crise socioambiental que o planeta enfrenta, tem raízes e causas relacionadas ao modelo econômico adotado por países desenvolvidos (Richardson *et al.*, 2023), e trilhar caminhos de esperar ancorados na diversidade da vida (Lewis; Knight, 2025). Assim, as ações de educação ambiental realizadas com a juventude amazônica precisam considerar os modos de vida das comunidades tradicionais, e ultrapassar uma visão fragmentada, reducionista e limitada.

A comunidade Rio Bacaba possui 19 moradias, uma Igreja católica, uma Igreja evangélica, uma sede comunitária onde acontecem os encontros e as festas, um posto de saúde, uma escola de Ensino Fundamental Anos Iniciais e um campo de futebol. Um aspecto relevante é que a construção de casas e outras estruturas da comunidade, foram realizadas pelos próprios moradores em formato de mutirão. As residências são das próprias famílias ou cedidas e quase todas de madeira. Aspectos gerais da infraestrutura comunitária dos jovens é apresentada na Tabela 2. A construção própria das casas evidencia a conexão entre os moradores e o espaço construído, promovendo um senso de pertencimento e identidade

comunitária.

Tabela 2 - Serviços e infraestrutura da Comunidade Rio Bacaba (N = 19).

INFRAESTRUTURA	RESPOSTAS	%
Situação do imóvel	Casa própria	73,6
	Cedida	21,1
	Doadada	5,3
Material da construção da residência	Madeira	94,7
	Tijolo	5,3
Local do banheiro	Dentro da casa	68,4
	Fora da casa	31,6
Tipo de fossa	Fossa negra	63,2
	Fossa séptica	26,3
	Não respondeu	10,5
Fornecimento de energia	Ligada à rede (Linhão)	100,0
Abastecimento de água	Rio (bomba individual)	100,0
Água para beber	Rio	94,7
	Mineral	5,3
Lixo	Queimado	79,0
	Coletado diariamente pela prefeitura	15,7
	Coletado em dias alternados	5,3
Acesso à Internet	Sim	89,5
	Não	10,5
Atendimento de saúde	Posto de saúde	100,0

Fonte: As autoras (2025).

O fornecimento de energia ocorre através da rede da concessionária (linhão) que, segundo relatos de moradores, é de baixa qualidade, pois falta energia quase diariamente. O abastecimento de água para consumo humano na comunidade do Rio Bacaba é diretamente pelo rio, com bombas individuais que puxam a água. Para o consumo da água, os moradores fazem o tratamento com hipoclorito de sódio, fornecido pelo posto de saúde local. O acesso à Internet é via satélite, por ter um custo alto, apenas duas casas têm acesso, contudo, é compartilhado com todos da comunidade. Em 2025, após a coleta de dados desta pesquisa, alguns moradores adquiriram antenas de *Starlink* e a Associação comunitária foi conectada pelo projeto Conexão Povos da Floresta (<https://conexaopovosdafloresta.org.br/>).

A região amazônica enfrenta desafios significativos para acessar infraestrutura básica e serviços de saúde. Segundo El Kadri; Schweickardt; Freitas (2022), muitas comunidades na região carecem de acesso completo a serviços essenciais, incluindo: serviços de saúde, saneamento, eletricidade, abastecimento de água e escolas. Além disso, como Rodrigues;

Rodrigues (2020) destacam, a região amazônica permanece desconectada das formulações e discussões de políticas públicas relacionadas ao acesso à saúde no país, e encara limitações graves, incluindo falta de informações sobre a saúde das populações rurais e das características de diversidade social regional (Sousa; Cortes, 2024).

Sobre os problemas ambientais citados destacam-se a erosão, o desmatamento e as queimadas, sendo citados outros sete elementos de acordo com a Figura 3. A erosão, ou deslizamentos das margens dos rios, são fenômenos comuns na Amazônia brasileira, especialmente, em rios de grande porte e alta vazão, como o Amazonas e seus afluentes. Esse processo resulta da erosão fluvial, intensificada tanto por fatores naturais, como o aumento do volume de água nas cheias, quanto por ações humanas, como o desmatamento e o uso inadequado do solo. A zona costeira amapaense, próxima à foz do rio Amazonas, é uma região de alta sensibilidade morfodinâmica, onde a paisagem está em constante transformação devido à força das águas e às interferências humanas (Santos *et al.*, 2022).

Figura 3 – Principais problemas ambientais percebidos pelos jovens da comunidade do Rio Bacaba, Macapá, Amapá, Brasil.



Fonte: As autoras (2025).

Na comunidade Rio Bacaba, esses deslizamentos de terras geram impactos diretos, como deslocamentos forçados, danos materiais e dificuldades na navegabilidade dos rios. Moradores relatam que trechos antes estreitos do rio agora estão mais largos, alterando seu curso e dificultando o acesso, agravando os desafios socioambientais e comprometendo a

qualidade de vida local.

No Brasil, as queimadas rurais estão ligadas ao modelo de produção agrícola, sendo uma alternativa de baixo custo (De Avila, 2019; May, 2019). Na Amazônia, o aumento das queimadas acompanha o desmatamento para agricultura e pecuária, especialmente gado e soja (Fuchs, 2020). Esses incêndios tornam os ambientes vulneráveis a impactos climáticos, diminuem a biomassa, reduzem o carbono e intensificam as mudanças climáticas (Hargrave; Kis-Katos, 2013; Santos *et al.*, 2017). As comunidades ribeirinhas utilizam o fogo de forma controlada, com técnicas tradicionais passadas de geração em geração, para abrir roçados, formar pastos e preparar áreas para moradia. Essa prática, com impactos mínimos, é distinta dos grandes incêndios gerados pela agropecuária, no entanto, é crucial que o conhecimento tradicional seja aliado a práticas sustentáveis, buscando minimizar os danos ambientais (Gomes; Calado, 2022).

Os problemas socioambientais enfrentados, a ausência de políticas públicas eficazes e a falta de serviços essenciais, como abastecimento de água potável, saneamento básico, coleta regular de lixo, esgoto, saúde e educação, revelam uma realidade de vulnerabilidade social e ambiental da juventude. Desta forma, estratégias de EA crítica não podem deixar de lado o contexto de racismo ambiental e necessidade de justiça climática que essas comunidades estão sujeitas (Belmont, 2023).

Nota-se, porém, uma constante abordagem de ações de EA, formal e não formal, que chegam em comunidades tradicionais problematizando questões como o lixo, o desmatamento e as queimadas, assumindo que a responsabilidade das crises que vivemos é do indivíduo, igualando seu modo de vida ao modo de vida da sociedade urbana, consumista e neoliberal. Ao manifestar essa postura, as ações de educação ambiental se anulam, pois no lugar de valorizar práticas que estreitam a identidade do jovem com o ambiente, o tornam sujeitos que o degradam ao jogar lixo no chão, queimar o lixo, pescar e desmatar áreas para fazer o roçado. Esta abordagem conservacionista e superficial, mesmo tendo sido problematizada e criticada, é, ainda hoje, amplamente utilizada (Loureiro, 2006; Loureiro, 2015; Silveira; Lorenzetti, 2024).

Salienta-se que projetos e ações de EA crítica podem discutir práticas individuais para

o cuidado do ambiente, a questão aqui debatida é que não se pode deixar de lado uma análise histórica, integrada, dialógica e crítica no contexto das juventudes de comunidades ribeirinhas da Amazônia (Loureiro, 2024).

Por fim, quando questionados como poderiam ajudar a sua comunidade, foi analisada a presença de quatro temas nas respostas analisadas, sendo eles: 1) Ajuda comunitária (*“Participando do mutirão e da limpeza da comunidade”*); 2) Ajuda prática (*“Ajudando os doentes”*); 3) Solução de problemas (*“Queria melhorar a água, a escola, a energia e muito mais”*), e 4) Geração de conhecimentos (*“Voltar pra comunidade depois de formado”*).

Aqui, as entrevistas só conseguiram captar uma pequena amostra do pensamento e das atitudes da juventude do Rio Bacaba para a proteção do seu território, que nas observações diretas nas comunidades se manifestavam em ações cotidianas, solidárias, complexas e arraigadas no próprio modo de vida ribeirinho. O envolvimento dos jovens em atividades comunitárias, religiosas e educacionais demonstra uma estrutura consolidada de participação social. Os jovens reconhecem que a união é essencial para superar desafios e manter o bem-estar coletivo, como destacado na fala do Entrevistado X (2024):

É reunir... **reunião comunitária onde o grupo se manifesta ...** se mobiliza na limpeza, mexe na **limpeza tanto do espaço onde a gente vive, quanto no linhão**. A gente faz essas reuniões comunitária pra se mobilizar pra limpar a comunidade, **ver onde precisa, se a passarela tá caindo, a gente se reúne, vão lá, consertam**. É sobre isso. Sobre a reforma da comunidade (Entrevistado x, 2024, s/p., grifos nossos).

Ao descreverem “reunião comunitária onde o grupo se manifesta [...] limpeza tanto do espaço onde a gente vive, quanto do linhão [...] ver onde precisa, se a passarela tá caindo a gente se reúne, vão lá, consertam”, os participantes enfatizam que a manutenção da infraestrutura: passarelas, pontes, espaços de circulação é resultado direto da ação organizada dos moradores. Varrer a sede, limpar a igreja, arrumar o campo ou consertar estruturas não são tarefas individuais, mas momentos de ativação da comunidade, nos quais se reforçam laços de solidariedade e responsabilidade compartilhada. Essa perspectiva dialoga com Fraxe; Witkosky; Pereira (2007), para quem a comunidade se define pelas formas de uso reveladas no “habitar”, que são as práticas diárias que produzem história, memória e

relações sociais, criando laços de vizinhança e identidade territorial.

Os jovens amazônidas processam o seu jeito de ser no mundo, a partir das experiências vividas, onde são formadas as identidades e culturas juvenis. Assim como a Amazônia, a juventude amazônica possui uma realidade multifacetada e multidimensional, com singularidade e heterogeneidade própria (Freire; Castro, 2007). São sujeitos, estudantes, atores, trabalhadores, capazes de participar de forma efetiva das transformações sociais e no processo de desenvolvimento endógeno nas comunidades onde estão inseridos (Almeida; Santos, 2020).

Para que projetos de educação ambiental façam sentido na realidade na juventude da Amazônia, é fundamental a discussão espaço-temporal do território, com envolvimento e protagonismo da juventude, para o desenvolvimento do “Bem Viver” nas comunidades tradicionais, e conseqüente, amplificação de suas práticas em um contexto regional. Assim, a natureza endógena emancipatória, promovida pela busca de novos saberes, torna a juventude capaz de melhorar as dinâmicas de desenvolvimento de forma participativa e atuante, assim como pensar em novas formas de viver nas suas comunidades (De Ávila, 2012).

Considerações Finais

“Comunidades invisíveis” são grupos sociais que habitam um determinado território, mas são negligenciados e esquecidos por políticas públicas, carecendo de acesso a serviços básicos como acesso à água potável, energia, comunicação, educação e saúde. Algumas dessas comunidades não estão presentes nem em mapas oficiais, contudo, elas existem e seus modos de vida resistem ao tempo e ao avanço do neoliberalismo.

Apesar dos inúmeros desafios, como a pressão para a urbanização e as dificuldades impostas pela falta de infraestrutura e políticas de apoio, a comunidade de Rio Bacaba resiste. A preservação do seu modo de vida ribeirinho não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também de identidade cultural. Essa resistência frente às adversidades revela a força e a resiliência desse povo, que luta para manter sua cultura, seu ambiente e seus modos de subsistência, enfrentando as dificuldades com determinação e união.

Neste contexto, os dados apresentados oferecem subsídios para o aprofundamento

do diálogo sobre Educação Ambiental em territórios amazônicos invisibilizados. O levantamento sistemático da realidade local não se restringe à descrição de problemas, mas constitui ponto de partida para metodologias educativas participativas e críticas, fundamentadas nas demandas do próprio território (Batista; Araujo, 2011; Caldas; Rodrigues, 2012).

A valorização dos saberes locais, o fortalecimento do protagonismo juvenil e a articulação entre escola, comunidade e poder público podem contribuir para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça socioambiental e com a permanência digna das juventudes amazônicas em seus territórios. O fortalecimento de lutas pela proteção dos territórios tradicionais e das requisições dos direitos comunitários perpassa pela necessidade do protagonismo da juventude no processo de governança de suas comunidades. Durante este estudo, percorremos as vivências dessa juventude, que busca se conectar via *smartphones* e redes sociais, mas não dispensa uma boa remada para a conexão nos campos de futebol, nas festas comunitárias ou na ajuda a um vizinho.

Referências

ALMEIDA, Luciene Pantoja; SANTOS, Rogério Luz. **Juventude rural na Amazônia: identidade, participação social e modo de vida.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 42 p, 2020.

BARÃO, Marcus; RESEGUE, Mariana; LEAL, Ricardo. **Atlas das juventudes.** São Paulo: Pacto das Juventudes pelos ODS, 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BATISTA, André Amaral; ARAUJO, Joel de. Desenvolvendo uma metodologia participativa no município de Oriximiná – Pará, através de um cardápio ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 26, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3498>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BELMONT, Mariana. **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil.** São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregum, 2023.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2013/Lei/L12852.htm. Acessado em 07 jan. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Usando análise temática em psicologia. **Pesquisa qualitativa em psicologia**, v. 3, n. 2, pág. 77-101, 2006.

CALADO, Janaina Freitas; GOMES, Raimunda Kelly Silva; CHAGAS, Marco Antonio. Protocolos Comunitários: instrumento de proteção e defesa de territórios amazônicos. In: Seminário Internacional América Latina e Caribe, 5., 2024, Belém. **Anais eletrônicos** [...] Belém: NAEA, 2024. P. 1135 – 1142. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://sialat2024.com.br/wp-content/uploads/2024/07/GT05-COMPLETO-1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2026.

CALDAS, Ana Luisa Rios; RODRIGUES, Maria do Socorro. Avaliação da percepção ambiental: estudo de caso da comunidade ribeirinha da microbacia do Rio Magu. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 14, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2934>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Cortez Editora, 2017.

CASTRO, Edna Maria. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais (Paper 092). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 1998.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação Ambiental crítica e conflitos ambientais: reflexões à luz da América Latina. **Revista e-Curriculum**, v. 22, 2024.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Eduepb, 2014.

DE AVILA, Silvia Regina Starling Assad; AVILA, Mario; BERNARDI, José Vicente Elias; COUTO JÚNIOR, Antônio Felipe. Estudo exploratório sobre dinâmica do desmatamento em assentamentos localizados no território portal da Amazônia. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 139-152, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.330> Acesso em: 20 fev. 2026.

DE ÁVILA, Vicente Fideles. Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (Endógeno Emancipatório). **Paidéia: revista do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde**, v. 9, n. 12, p. 13-49, 2012. Disponível em:

<https://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/1578>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DE SEIXAS FILHO, José Teixeira et al. Impacto das comunidades de pobreza relativa nos manguezais: trabalhadores da pesca artesanal invisíveis. **Revista Augustus**, v. 23, n. 46, p. 157-167, 2018.

DIEGUES, Carlos Antonio. **As populações humanas em áreas naturais protegidas da Mata Atlântica**. Centro de Culturas Marítimas, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Universidade de São Paulo, 1996.

DIEGUES, Carlos Antonio sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 361-376, 1999.

DIEGUES, Carlos Antonio. **A construção da etno-conservação no Brasil: O desafio de novos conhecimentos e novas práticas para a conservação**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras. Universidade de São Paulo, São Paulo, v.10, p. 1-10, 2010.

Disponível:<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/manausetnocon.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025

EL KADRI, Michele Rocha; SCHWEICKARDT, Julio Cesar; FREITAS, Carlos Machado de. Health care delivery in the Amazon of the Waters. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e220056, 2022.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Jaqueline Serra; CASTRO, Edna. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 215-236, 2007.

FUCHS, Vanessa Boanada. Expansão de fronteira impulsionada pela China na Amazônia: quatro eixos de pressão causados pela demanda crescente pelo comércio de soja. **Civitas-**

Revista de Ciências Sociais, v. 16-31, 2020.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas. O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no Território Amazônico Amapaense. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 4, p. 28-43, 2020. DOI: 10.14295/remea.v37i4.11376.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas (orgs.). **Rio de Saberes: vivências de populações tradicionais na construção de seus territórios de vida na Amazônia Oriental — Amapá** 1. ed. Curitiba: CRV, 2022. v. 1. 148p

GOMES, Raimunda Kelly Silva; FERREIRA, Raimunda Célia; SOUSA, Francisco Bruno Barroso. Análise socioambiental de uma comunidade costeira amazônica amapaense. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 24, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v24i2.8744>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8744>. Acesso em: 10 set. 2024.

GUIMARÃES, Mauro. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Margens**, v. 7, n. 9, p. 11-22, 2016.

GOULART, Daniele Serra Pinto; MARTINS, Gabriella Ferreira de Andrade; NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. A contribuição dos ribeirinhos do Amazonas para a sustentabilidade. **ARACÊ**, v. 7, n. 9, p. e8554-e8554, 2025.

HARGRAVE, Jorge; KIS-KATOS, Krisztina. Economic causes of deforestation in the Brazilian Amazon: a panel data analysis for the 2000s. **Environmental and Resource Economics**, v. 54, p. 471–494, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2021: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Brasília (DF): IBGE; 2022.

JORGE, Welington Junior; DA SILVA, Diego. **Educação a distância: novas possibilidades e desafios para o ensino**. Paraná: UNIEDUSUL Editora, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEWIS, Jerome; KNIGHT, Chris. **Manifesto pelo florescer da diversidade**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2025.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 66-76, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. **Educar em Revista**, n. 27, p. 37-53, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental e epistemologia crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 32, n. 2, jul.-dez. 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental e povos tradicionais: uma abordagem crítico-transformadora. **Momento – Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 33, n. 3, p. 123–138, 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53–71, 2013.

MAY, Peter H. Dilema da privatização: efeitos distributivos das mudanças no direito de propriedade sobre recursos extrativistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 27, n. 4, p. 367-389, 2019.

MENDONÇA, Gabriela Maria Fernandes. **Sujeitos de direito invisíveis: o clamor silenciado de crianças e adolescentes em situação de rua**. 2019. Dissertação Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

NOSELLA, Paolo. Cinquenta anos de Pedagogia da Alternância no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 12, 2020.

PIOVANI, Juan Ignacio. A investigação social: projeto, prática e reflexividade. In: PINHEIRO, Cláudio Costa et al. (Orgs.). **Ateliê do pensamento social: práticas e textualidades – pensando a pesquisa e a publicação em ciências sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. p. 103–120.

RATTS, Alecsandro JP. Os Povos Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, v. 9, p. 109–127, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74991>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RICHARDSON, Katherine et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science**

advances, v. 9, n. 37, p. eadh2458, 2023.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Condições de desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais em cidades da Amazônia Paraense: elementos promovedores da expansão e dispersão da Covid-19? **Hygeia: revista brasileira de geografia médica e da saúde**, n. Especial, p. 132, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Hygeia0054603>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Autêntica, 2019.

SANTOS, Valdenira Ferreira dos; NUNES JÚNIOR, Benedito Braz; SOUZA, Fernanda Marques de; SILVA, Luis Marcelo Aranha da. Amapá: um estado costeiro - reflexões sobre vulnerabilidades, riscos e adaptações a mudanças climáticas. In: **Encontros e percepções geográficas: diálogos e provocações**. Maringá: Uniedusul, 2022. p. 110.

SANTOS, Suzane Biapino dos; QUEIROS, Thaynara Nilce Silva; CALADO, Janaina Freitas. História Oral da comunidade do Rio Bacaba, Amapá - Brasil: a importância das vozes locais para o fortalecimento socioambiental na Amazônia. In: Guerra, Fábio Soares. (Org.). **Educação ambiental: práticas pedagógicas e manejo ambiental**. [livro eletrônico]. / Organizadores: Fábio Soares Guerra, ... [et al.]. Fortaleza: Editora In Vivo, 2025. 469 p. DOI: 10.47242/978-65-87959-86-3-4. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANTOS, Thiago Oliveira dos. Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia brasileira: um estudo de revisão. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 11, n. 2, p. 157+, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18227/1678-7226rga.v11i2.4430>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SILVA, Luiz Gustavo Alves. **Estatística descritiva básica**. 1. ed. Pouso Alegre: Blog Manual das Exatas, 2014.

SILVEIRA, Dieison Prestes; LORENZETTI, Leonir. Abordagem da educação ambiental crítica no contexto brasileiro: contribuições para a formação do cidadão. **Ambiente em Foco**, 2024. p. 81.

SOUSA, Ewellyn Cristina Santos de; CORTES, João Paulo Soares de. Transporte fluvial e desafios no acesso à saúde em comunidades ribeirinhas nas hidrovias Tapajós e Arapiuns. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 20, e2009, 2024. DOI: 10.14393/Hygeia2068928. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/68928>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os direitos invisíveis. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia**

global. Petrópolis: Vozes, Brasília: NEDIC, p. 307-334, 1999.

STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VIEIRA, Norma; SIQUEIRA, Deis Elucy; EVER, Marcell Chaves a; GOMES, Maria. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro Amazônico. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 3, p. 806-835, set./dez. 2013.

Submetido em: 21-03-2025

Publicado em: 10-04-2026